

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.805 - SP  
(2019/0084301-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : JESUINO MANOEL DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES E OUTRO(S) -**  
**SP137816**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA**  
**PROCURADORE : ANÉSIO APARECIDO LIMA E OUTRO(S) - SP097610**  
**S**  
**DIEGO TAMARU - SP339940**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. VIOLAÇÃO DO ART. 932, III, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DE COISA JULGADA E ÔNUS SUCUMBENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO POR ALEGAÇÃO TARDIA DE NULIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há vícios por omissão quando o acórdão recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o não conhecimento de recurso por meio de decisão monocrática do relator é possível nas hipóteses em que há jurisprudência dominante quanto ao tema ou se tratar de recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida. Hipótese não caracterizada no exame do caso dos autos.

3. A Corte de origem declarou que a ilegitimidade do Município é consequente da constatação de que o recorrente é servidor autárquico vinculado ao SAAE que nunca teve vínculo direto com a Prefeitura Municipal. Ademais, o acórdão *a quo* declarou a distribuição dos ônus sucumbenciais a partir do princípio da causalidade. Não se referiu à possibilidade de arguição de ilegitimidade a destempo, mas sim à causalidade consequente da execução proposta contra parte indevida.

4. Logo, o provimento do recurso especial pelo art. 267, VI, § 3º, do CPC/1973 depende de exame probatório dos autos com o fim de aferir: I) violação de coisa julgada quanto à exclusão do Município para o cumprimento da obrigação de fazer; II) se o Município arguiu sua ilegitimidade tardiamente em sede de execução. Essa tarefa não é possível nos termos da Súm. n. 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

